

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E POLÍTICAS DE MEMÓRIA: SUBSÍDIOS PARA A NÃO REPETIÇÃO

PEDRO GARDANI¹;
CARLOS ARTUR GALLO²

¹Universidade Federal de Pelotas – cpgardani@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - galloadv@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudos sobre “Justiça de Transição e Políticas de Memória”, ativo desde agosto de 2022, vinculado ao Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME) e orientado pelo Dr. Prof. Carlos Gallo do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP), tem como objetivo:

[...] contribuir para a difusão e discussão da Justiça de Transição (JT) e das Políticas de Memória (PM) para estudantes de graduação à pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), possibilitando o estabelecimento de um espaço de discussão privilegiado sobre os temas que envolvem estes conceitos. A proposta se justifica na atual conjuntura, uma vez que as medidas associadas à JT são recorrentes e seguem sendo implementadas em países que enfrentaram regimes de exceção e/ou períodos de conflito político, evidenciando a necessidade da compreensão/reflexão sobre o tema para o fortalecimento da democracia. Considerando a interdisciplinaridade do tema, o público-alvo do Grupo de Estudos abrange estudantes das Ciências Sociais, História, Relações Internacionais, Direitos, entre outras (Projetos de Ensino NUPPOME, 2022).

Como a própria descrição do Grupo de Estudos explicita, um dos objetivos dos encontros é o estabelecimento de um espaço de discussão, e esta discussão se dá a partir de textos selecionados pelo orientador juntamente das ideias e sugestões dos participantes, tendo na imagem do orientador, um guia em determinados momentos, porém são os estudantes participantes os protagonistas. Este tipo de metodologia em grupos de estudos – ou grupos de trabalho – é chamada de aprendizagem colaborativa, onde a participação dos alunos não é uma mera soma de mãos dos indivíduos sob o comando de um orientador para a execução de um trabalho e sim a soma das mentes em conjunto (TORRES, IRALA, 2014).

A proposta do presente trabalho se dá justamente na avaliação da eficácia desta abordagem metodológica e os resultados até o presente momento.

2. METODOLOGIA

O trabalho consiste na observação e análise qualitativa dos materiais utilizados nos 06 encontros entre agosto e dezembro de 2022 e os 07 encontros entre março e julho de 2023. Além dos materiais utilizados e da participação dos participantes de diversos cursos, tanto da graduação quanto da pós-graduação, é analisada a produção acadêmica oriunda do grupo de estudos e das dinâmicas entre os estudantes a partir da perspectiva de aprendizagem colaborativa de acordo com Torres, Alcantara e Irala (2004, p. 14):

É fundamental para o sucesso de uma proposta de aprendizagem colaborativa que todas as atividades sejam planejadas de modo a provocar rupturas, a desafiar os educandos, levando-os a formar uma comunidade de aprendizagem coesiva e reflexiva, cujos membros trabalhem para alcançar objetivos comuns enquanto respeitam a diversidade de ideias, valores, crenças e estilos de vida.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do início do Grupo de Estudos ao presente momento obtivemos a participação de 25 estudantes no total. Destes 25, alunos de graduação em Ciências Sociais, História, Direito, Relações Internacionais, Antropologia e Conservação e Restauro, além de pós-graduandos em Ciência Política, História e Letras. Durante os encontros, dentro da perspectiva conceitual de Justiça de Transição e Política de Memória, obteve-se um bom resultado de variação de textos trabalhados durante o dado período, textos sugeridos pelo orientador e debatido em conjunto com os participantes a partir de suas demandas e interesses em determinada área do conhecimento dentro do conceito abordado, sendo assim trabalhando com uma multidisciplinariedade em prol de um objeto específico de estudo. Na dinâmica de debates e sugestões de textos e materiais dos participantes, foram trabalhados 26 textos diferentes em diferentes áreas do conhecimento.

Os encontros e diálogos do Grupo de Estudos foram frutíferos. A partir dos encontros e interesses trabalhados entre os alunos participantes, alguns destes foram incorporados ao Núcleo de Pesquisa (NUPPOME) ligado ao Grupo de Estudos e, destes encontros entre o grupo e o núcleo, foi realizada uma submissão de trabalho para o SIEPE de 2023 na modalidade CIC em coautoria por Eduardo Rolim e Pedro Gardani, alunos de graduação do Direito e Ciências Sociais respectivamente, intitulado de “Legados autoritários e cultura política: influência da justiça transicional na qualidade das democracias no Brasil e Argentina”, trabalhando os conceitos de políticas de memória e justiça de transição de uma maneira interdisciplinar entre o Direito e a Ciência Política. Além da publicação de capítulos por parte de alunos que participam tanto do Grupo de Estudos quanto do NUPPOME de um e-book publicado em 2023 com orientação do Prof. Carlos Gallo, intitulado “Políticas de memória em 13 países: subsídios para a não repetição” (GALLO, 2023). Um exemplo de quadro de dados preenchido para o e-book publicado (GALLO, 2023):

Figura 1 – Quadro preenchido por Pedro Gardani

Bolívia

Classe de política	Medidas de Justiça
Tipo da política	Comissões da Verdade
Nome oficial da Comissão	Comisión de la Verdad
País	Bolívia
Ano de criação	2016
Período de vigência	2017-2020
Lei criadora	Lei nº 879/2016
Presidente(a) da República que instituiu a Comissão	Juan Evo Morales Ayma.
Partido político do(a) Presidente(a) da República	Movimiento al Socialismo – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos (MAS-IPSP)



Classe de política	Medidas de Justiça
Tipo da política	Comissões da Verdade
Nome oficial da Comissão	Comisión de la Verdad
Comissão foi criada em qual ano do mandato presidencial	2o ano (3o mandato presidencial)
Quem são os(as) Comissionários(as)	Nila Heredia, presidenta, médica e ex-ministra da saúde; Isabel Viscarra, ativista dos direitos humanos e promotora cultural; Teodoro Barrientos, ex-líder e fundador da CSUTCB (Confederación Sindical Única de Trabajadores de Bolivia); Édgar Ramírez, ex-líder sindical e gestor cultural; Eusebio Girona, advogado e ex-assessor do Presidente Evo Morales. Édgar Ramírez, ex-líder sindical e gestor cultural; Eusebio Girona, advogado e ex-assessor do Presidente Evo Morales.
Medidas abrangidas durante a implementação da política	Abertura de arquivos com documentos de acesso restrito referentes ao período da Ditadura Militar, ocorrida entre 1961 e 1984.
Principais resultados	Uma das medidas previstas pela Lei criadora da Comissão era que o Relatório Final produzido pela entidade deveria ser apresentado ao público e ser difundido pelos meios de comunicação do país. De fato, o documento foi entregue e apresentado publicamente pela comissionária Nila Heredia. Dificuldades de acesso ao material produzido pela Comissão (incluindo seu Relatório Final) impactaram, contudo, no preenchimento do Quadro com informações básicas sobre a sua atuação.
Publicidade	Não possui um site oficial ativo.

Fonte: GALLO, 23, p. 49.

4. CONCLUSÕES

Além dos resultados apresentados anteriormente, o dado mais importante do Grupo de Estudos está justamente no intercâmbio de ideias e perspectivas entre cursos e estudantes sobre um determinado objeto. A inversão de protagonismo, do orientador para os participantes, abre a possibilidade de abordagens mais amplas, uma situação de aprendizado e desenvolvimento entre alunos e professor (TORRES, IRALA, 2014). Este Grupo de Estudos abriu um caminho de parcerias acadêmicas para além do próprio Grupo, para que os frutos dessa colaboração não encerrem em si mesmo e mantenha uma produção acadêmica na forma de colaboração dos estudantes e professor.

É justamente neste ponto que se encontra a importância do fomento aos grupos de estudos. Este espaço é, muitas vezes, um primeiro contato acadêmico às pesquisas, antes mesmo da iniciação científica. É um espaço de troca e aprendizados que somam epistemologicamente a sala de aula.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GALLO, C. A. (Org.). **Políticas de Memória em 13 países: subsídios para a não repetição**. Pelotas: NUPPOME, 2023.

GARDANI, P. *et al.* Comissões da verdade na América Latina, África e Ásia. In: GALLO, C.A (Org.) **Políticas de Memória em 13 países: subsídios para a não repetição**. Pelotas: NUPPOME, 2023. Cap.2, p.44 – 62.

TORRES, P.L.; IRALA, E.A.F. Aprendizagem colaborativa: teoria e prática. In: TORRES, P.L (Org.). **Complexidade: redes e conexões na produção do conhecimento**. SENARPR, Curitiba v.1, p.61-93, 2014.

TORRES, P.L.; ALCANTARA, P. R.; IRALA, E.A.F. Grupos de consenso: uma proposta de aprendizagem colaborativa para o processo de ensino-aprendizagem. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, vol.4, núm.13, p.1–17, 2004.

UFPEL. **Projetos de Ensino, NUPPOME**. WP UFPEL, Pelotas, 2022. Especiais. Acessado em 29 ago. 2023. Online. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/projetos/projetos-de-ensino/-de-ensino/>